

O movimento apocalíptico em seu contexto sociopolítico e histórico

The apocalyptic movement context of its political and social history

Joana D'arc de Souza¹

joanaalpino@yahoo.com.br

Resumo

O texto procura apresentar os Fenômenos Apocalípticos em seu contexto sociopolítico e histórico. Com auxílio de grandes renomes, traça um quadro do que foi o fenômeno apocalíptico e profecia antes e depois do exílio. Diante de uma situação dura e sofrida de um povo pobre que sofria pelo domínio dos poderosos, foram surgindo, pouco a pouco, movimentos populares de resistência, movidos por uma firme fé em Javé, o Deus protetor e defensor dos pobres. Estes movimentos a que, posteriormente foi dado o nome de apocalípticos é a nova forma de profecia em época de império. Os profetas de então foram grandes incentivadores e porta-vozes dos movimentos apocalípticos.

Palavras-Chave: profecia, profeta, movimento apocalíptico, gênero apocalíptica.

Abstract

This paper seeks to present the Apocalyptic Phenomena in its socio-political and historical context. With the aid of great names, it paints a picture of what the apocalyptic and prophecy phenomenon was before and after the exile. Before a tough and suffering situation of poor people, who suffered the domination of the powerful, popular resistance movements began to emerge, little by little, driven by a strong faith in Yahweh, the God protector and defender of the poor. These movements, which later were named apocalyptic, are the new form of prophecy in the days of empire. The prophets of old were great supporters and spokesmen of apocalyptic movements.

Keywords: prophecy, prophet, apocalyptic movement, apocalyptic genre.

Introdução

Farei aqui uma apresentação da apocalíptica e o esboço de seu desenvolvimento. Considero importante ressaltar, no período que vai do século III a.C. ao século II d.C., a visão e o discurso apocalíptico gozaram de larga estima e popularidade, proporcionando uma vasta literatura, maior talvez que a literatura profética.

¹ Teóloga pela Pontifícia Universidade Católica de Goiás, especialista em Educação, mestranda em Ciências da Religião e assessora de Bíblia do CEBI Goiás (Centro de Estudos Bíblicos).

Tanto os cristãos como os judeus produziram apocalipses, mas só alguns deles entraram na lista dos livros inspirados: os de Daniel, 1 Ts 4-5; 2Ts Mc 13; Mt 24-25 e João. Estes livros se destacam muito acima de todos os outros entre os quais se situam. Mas quais são “estes outros”? Como no caso dos pseudo-epígrafos em geral, assim também no caso dos escritos apocalípticos em particular, não existe lista concorde desses livros. Os que tenham a maior pretensão de serem reconhecidos como apocalipses são: Henoc século III a. C. ao século I d.C.; Apocalipse de Sofonias, século I a. C. ao século I d. C.; Esdras 3-14, cerca de 100 d. C.; Baruc, começo do século III d. C.

Além desses, há outros escritos judaicos do período que, embora não sejam apocalipses, estão todavia estreitamente relacionados com eles e formam parte do mesmo ambiente e devem-se incluir na classificação de “literatura apocalíptica”. São eles: O livro dos Jubileus, séculos II a. C.; Testamento dos XII Patriarcas, século II a.C.; Tratado do Sem, século I a. C.; Testamento de Moisés, séculos I d. C.; Testamento de Abraão, século I ao século II a. C.; Poderíamos acrescentar, material encontrado entre os Manuscritos do mar Morto. Segue aqui uma visão panorâmica que situa o movimento apocalíptico na linha do tempo em seu contexto sócio-político e mostra o volume de sua produção literária.

A época da dominação Persa (539-332 a.C)

“Para podermos pagar o imposto ao rei, tivemos que tomar dinheiro emprestado, hipotecando os parreirais e os campos” (Ne 5,4).

“Tecendo algumas considerações acerca da história da época persa, afirma-se que este período é dos menos conhecidos sob o ponto de vista bíblico, tanto no que se refere à diáspora, quanto ao que diz respeito à vida na Judéia. Ao invés, a história da época helenística é mais acessível” (ASURMENDI, 2004, p. 425).

Assim, o direcionamento argumentativo, do autor S. Amsler (1992, p. 355), abarca a noção de que a entrada triunfal de Ciro, o rei dos persas, em Babilônia, em 539 a.C., marcou uma reviravolta na história do Oriente Próximo: o poder neobabilônico, erguido sobre as ruínas do império assírio há apenas um século, passou globalmente para as mãos dos persas.

Para conseguirem que os povos, muito diferentes, submetidos por Babilônia aceitassem a sua supremacia, os persas usaram uma política de respeito às identidades regionais e de proteção dos cultos locais. Em Babilônia, onde fora recebido como libertador, Ciro restabeleceu os cultos tradicionais, especialmente o de Marduc. Mandou recolocar em seus respectivos santuários as estátuas dos deuses que Nabônides, o último rei de Babilônia, tinha removido.

Ciro manteve uma política de dominação diferente daquelas estabelecidas por assírios e babilônios. Estes lidavam com os povos dominados desterrando-os para outras terras. Esta política visava enfraquecer o desejo de revolta, porque ao misturar, em um determinado lugar, povos de etnias e de culturas diferentes, criava uma dificuldade natural para o desenvolvimento de uma unidade mínima. Ciro, por sua vez, desejava agradar tanto os povos dominados como suas respectivas divindades, porque acreditava que a melhor maneira de manter seus domínios era através do desenvolvimento de uma política de tolerância e benevolência, em vez de crueldade e brutalidade. Foi exatamente esta política que levou ao fim do exílio dos judeus nas terras da Babilônia. Ciro declarou extinto o cativeiro de todos os povos e permitiu que os cativos, que assim quisessem, pudessem voltar às suas terras de origem. Os que decidissem retornar tinham autorização para estabelecer um governo próprio que deveria funcionar dentro da estrutura do Império Persa.

Por outro lado, os povos que voltaram do exílio eram assistidos e questionados por profetas de Jerusalém: Ageu, Zacarias, 3 Isaias, Malaquias, Joel e o 3 Zacarias. De Daniel, “o pai da apocalíptica.” A apocalíptica vai surgindo com uma certa presença sapiencial, da profecia exílica e pós-exílica, até tornar-se independente. Na verdade, a profecia estava em fase de extinção (Sl 74,9; Sl 77,9; 1Mc 9,27; 1Mc 14,41). Elementos comuns são encontrados na profecia e na Apocalíptica: O Deus de Israel é o Senhor absoluto da história; ambos falam da eleição de Israel como povo de Deus; para ambos, o juízo por excelência foi o exílio da Babilônia; ambos propõem um nível ético altíssimo (FERREIRA, 1991, p. 38).

Durante a longa convivência de séculos na Pérsia, o povo judeu chegou a assimilar vários elementos da religião persa. Dois pontos devem ser lembrados aqui: os anjos e o dualismo. Para H. Vanni (1984, p. 9), a Apocalíptica interessa-se por fatos concretos, que devem ser interpretados à luz de Deus, o qual guia os eventos da história

e lhes dá um significado que transcende a materialidade. Este significado é expresso mediante um simbolismo complicado e refinado: visões extáticas, comunicações de anjos, valor oculto atribuído aos números, jogo alusivo abrangente e tom geral propositadamente hermético. Tudo isso encontramos-lo no Apocalipse.

Três diferenças essenciais caracterizam as visões apocalípticas em relação às visões proféticas. Em toda a sua argumentação, Asurmendi (2004, p. 421) afirma que a primeira é a presença do anjo intérprete, necessária nas visões apocalípticas para a compreensão da visão pelo vidente. Nas visões proféticas a compreensão do que se vê é imediata (por exemplo, as visões de Isaías ou Ezequiel), visto que o sentido do que é visto é explicado muitas vezes pelo próprio Deus, que é aquele que “faz ver” (igualmente nas visões de Jeremias ou Amós). A proximidade de Deus nas visões proféticas (inclusive nas de Ezequiel e Isaías) contrasta com seu afastamento nas visões apocalípticas. A segunda diferença se refere à mensagem. A mensagem das visões proféticas tem uma evidente dimensão de imediaticidade em relação ao profeta e a seus contemporâneos; assim, a vocação dos três grandes profetas Isaías, Jeremias e Ezequiel está relacionada intimamente com suas épocas e ao destino do povo, e o mesmo acontece com o anúncio do castigo imediato nas visões de Amós. A terceira diferença encontra-se na linguagem. A linguagem é normalmente simples e inteligível nas visões proféticas, ao passo que nas visões apocalípticas pertence já ao fantástico e mítico. Ex 1-3 e Zc 1-8 são exceções sob esse ponto de vista.

Vamos, agora, voltar com os autores Mesters e Orofino (2003, p. 29), para os quais um terceiro elemento deve ser acrescentado. Quem é o culpado pelo desastre do cativo? O que devemos fazer para reencontrar o caminho do favor de Deus? A resposta encontrada era esta: a culpa está no abandono da Aliança. O caminho para reencontrar o favor de Deus está na observância renovada da Lei. Iniciado na época persa, este movimento de renovação foi crescendo e se espalhando, irradiando-se por toda a diáspora e também na Palestina. Nele está a semente de muitos movimentos e instituições que foram surgindo durante os períodos persa, helenista e romano, a saber, fariseus, hassideus (piedosos), anawim, zelotes, essênios, movimento batista, sinagoga etc. Foi nestes ambientes populares que as idéias e imagens das versões de Ezequiel, Joel, Zacarias 9-14, Isaías 24-27 e Isaías 34-35 encontravam ampla acolhida, contribuindo para que, aos poucos, se criasse o chão em que ia germinar o movimento

apocalíptico como a nova forma da profecia em época de império. Os dois trechos de Isaías (Is 24-27 e Is 34-35), às vezes, recebem o nome de Apocalipse de Isaías. Alguns chamam a época persa de período pré-apocalíptico.

Época helenista (333-63 a.C)

Para compreendemos melhor a época helenista, precisamos nos lembrar que em 333 a.C, Alexandre Magno invadiu o mundo asiático. O que está muito claro é que os anos “intertestamentários”, e o século ou um pouco mais que precedeu, foram marcados pelo notável desenvolvimento da cultura helenística tão cara ao coração de Alexandre Magno e seus sucessores, e que a apocalíptica judaica constituiu até certo ponto protesto contra muitos dos valores que aquela cultura representava. Alexandre propôs-se a tarefa de conduzir a uma só civilização as civilizações do ocidente e do oriente na base da cultura grega que ele próprio herdara. Sua intenção era ensinar gregos e asiáticos, a se aceitarem como parceiros no seio da cultura comum, estabelecendo cidades gregas e colônias por todo o seu império. A difusão rápida da língua grega facilitou esse processo de helenização. Em suma, foi uma idade marcada por sincretismo não só cultural, mas também religioso, que causou grande ansiedade no meio de pelo menos algumas das comunidades judaicas (RUSSELL, 1997, p. 36-37).

O posicionamento de Asurmendi (2001, p. 426), aponta os reveses sofridos por seu segundo sucessor Antíoco IV Epífanês, que no início se comporta como seu pai, o levarão, em um primeiro momento, a procurar apoderar-se dos tesouros do templo e, mais tarde, a anular os decretos de seu pai, referente à autonomia da comunidade judaica, impondo-lhe a religião helenística. A supressão dos sacrifícios israelitas no templo de Jerusalém e a construção de lugares de culto “pagãos” no resto do território contribuiu para a exasperação da comunidade. Não se deve esquecer que, por outro lado, segundo o autor, a situação havia-se deteriorado dentro da comunidade judaica. Com efeito, se durante o século III a.C. o confronto entre a civilização israelita e a civilização helenística tinha sido suave, para não dizer subterrânea, agora vai cristalizar-se pouco a pouco em oposição aberta entre os adeptos e os inimigos da aculturação das tradições israelitas à nova onda helenística. Observa-se, portanto, que a visão destas lutas tal qual as apresentam os livros dos Macabeus é, com plena certeza, parcial, visto que optam pelo lado dos que resistem a essa aculturação. Essas dissensões convergem

para as lutas pelo poder e pelo posto de sumo sacerdote, que se aceleram durante o reinado de Antíoco IV. A imposição de medidas vexatórias em relação à autonomia dos judeus e a exigência de praticar a religião estrangeira, em um contexto social e religioso tão degradado, levarão à revolta macabaica.

A aparente estabilidade e prosperidade do domínio dos Lágidas sobre a Palestina durante todo o século III escondia a terrível situação em que se encontravam os pobres da terra. A penetração da cultura helenista ameaçava o povo em sua identidade e sobrevivência. A exploração sistemática dos agricultores atingiu níveis nunca vistos antes (Jó 24,1-12). É neste chão do “tranquilo” século III a.C, que, alimentadas pelas promessas e profecias do passado, fermentavam e cresciam as idéias que vão explodir no movimento apocalíptico. No fim deste século III, começam as intermináveis guerras entre Lágidas (Egito) e Selêucidas (Síria) pelo controle da Palestina, corredor comercial entre os três continentes: Europa, Ásia e África. Em poucos anos, a Palestina mudou de governo quatro ou cinco vezes. As grandes batalhas entre os dois impérios foram travadas na Palestina. O povo apenas assistia às lutas dos grandes e delas sofria as terríveis consequências, sem poder interferir (MESTERS e OROFINO, 2003, p. 30).

Continuando com os mesmos autores (2003, p. 30-31), A explosão apocalíptica acontece no início do século II, durante os doze anos do governo do rei selêucida Antíoco IV (175-164). A ganância de poder e de dinheiro corrompeu a classe sacerdotal de Jerusalém. Em 174, Jasão, irmão do sumo sacerdote Onias III, compra para si a função do sumo sacerdócio pagando muito dinheiro ao rei (2Mc 4,7-9). Dois anos depois, em 172, Menelau, pagando 300 talentos a mais que Jasão, consegue o sumo sacerdócio para si (2Mc 4,23-24). Em 170, Menelau manda assassinar Onias III, o legítimo sumo sacerdote (2 Mc 4,30-35). Assim, por causa da politicagem e da corrupção, o povo, que já tinha ficado sem rei e sem profeta, ficou também sem o seu sumo sacerdote, sem o ungido (*messias*) (Dn 9,26). Três anos depois, em 167, Antíoco IV, apoiado pelo sumo sacerdote Menelau, nomeado por ele, invade o templo de Jerusalém, impede o sacrifício perpétuo, nele introduz a estátua da divindade grega, a *abominação da desolação* (Dn 11,31), e começa a perseguir sistematicamente aos que querem continuar fieis à tradição dos pais (2Mc 6,1-7, 42).

O sumo sacerdote - O sacerdote passa a exercer também o poder civil. A administração passa não mais ser feita por um governador, mas por um conselho de

anciões, composto de sacerdotes e leigos, presidido pelo sumo sacerdote (1 Mc 12,6; 2Mc 1,10;11,27). Mais tarde, na época dos Macabeus, esse conselho seria chamado de sinédrio. Com isso, aumentou ainda o poder do sumo sacerdote. Além de desempenhar as funções da comunidade judaica, embora tivesse poder para administrar as questões internas do judaísmo, ele tinha pouca autonomia administrativa (GASS, 2002, p.16).

É importante frisar que todos estes fatos mencionados provocaram a explosão da revolta armada dos Macabeus no ano 166. Iniciada pelo velho Matatias (1Mc 2,15-28), a rebelião foi liderada pelos seus três filhos: primeiro, por Judas Macabeu (166-160); em seguida, por Jônatas (160-143) e por Simão (143-134). Tragicamente, esta revolução, tão bem iniciada, foi roubada pelos seus próprios dirigentes. A ânsia de poder e de riqueza desviou a Jônatas e, sobretudo, a Simão do ideal do velho Matatias. Em 159, morre o sumo sacerdote Alcimo (1Mc 9,54-57). Durante sete anos, não houve sumo sacerdote. Em 152, por motivos de politicagem, o rei selêucida Alexandre Bala, filho do perseguidor do povo, nomeia Jônatas, irmão de Judas Macabeu, como sumo sacerdote (1Mc 10,15-21). Jônatas não era da família sacerdotal de Onias. Por isso, a sua nomeação provocou violenta reação no povo. Só a elite, que queria fazer um acordo com os gregos, aceitou-o como sumo sacerdote (MESTERS e OROFINO, 2003, p. 31).

Também é bom, desde já, definir os conflitos centrais. Esta crise generalizada suscitou o surgimento de muitos movimentos de oposição e de renovação. Contra os desvios das elites tinha surgido o movimento dos Assideus ou *Hassidim*, os Piedosos, que se uniu ao movimento dos Macabeus (1Mc 2,42; 7,13; 2Mc 14,6). Contra a nomeação de Jônatas como sumo sacerdote surge o movimento dos Essênios, que, em sinal de protesto, se retiram para o deserto, próximo a Qumran. Contra a profanação do culto e o afrouxamento dos costumes, surge o movimento dos Fariseus, que dão testemunho de uma radical observância da Lei de Deus.

Todos estes escritos da tradição judaica vão ser muito lidos tanto no ambiente judaico como no ambiente cristão. Além da literatura já mencionada, vão surgir entre os cristãos o Apocalipse de João, o Apocalipse de Pedro, o Apocalipse de Paulo. Eles retratam o modo de pensar de uma grande parte do povo pobre no tempo de Jesus, inclusive do próprio Jesus.

Época romana

A história romana é comumente dividida em três partes: o período dos reis; o período da República; e o período do Império. Os anos de 135 a.C. em diante foram um tempo de expansão comercial, mas de desordem política. O terceiro período, o da Roma imperial, data da ascensão de Augusto em 27 a. C. O Império era dividido em províncias. As províncias mais antigas eram chamadas de senatorias e eram governadas por um procônsul. É oportuno elucidar que uma característica da sociedade romana era ao enorme número de escravos: havia quase tantos escravos quanto cidadãos livres (HARRINGTON, 1985, p. 166).

Neste momento é muito importante compreender que em 63 a.C, para defender a fronteira oriental do Império contra a ameaça dos partos, os romanos invadiram a Palestina e lhe impuseram um pesado tributo. De 57 até 37, em apenas 20 anos, estouraram seis revoltas na Galiléia. O povo, sem rumo, ia atrás de qualquer um que promettesse libertá-lo do pesado tributo imposto pelos romanos. Nos anos quarenta, os partos invadiram a Palestina e ocuparam Jerusalém. Os romanos nomearam o jovem Herodes para reprimir as revoltas na Galiléia e libertar Jerusalém. Herodes, antes de ser rei de toda a Palestina, foi comandante militar da Galiléia (47-41 a.C).

O período do governo de Herodes, chamado *O Grande*. Ele promovia na Palestina a assim chamada *Pax Romana*. Esta “paz” trouxe uma certa estabilidade econômica para o Império, mas para os povos dominados não era paz. A repressão brutal da polícia de Herodes impedia qualquer manifestação popular. Dizia um historiador da época: “Eles praticam um massacre e o chamam de paz!” (Tácito). Jesus nasce no final do governo de Herodes (MESTERS e OROFINO, 2003, p. 34).

Nesta altura, cabe uma brevíssima referência ao movimento apocalíptico, que enfrentou duramente o Império Romano, da mesma forma como as hierarquias que colaboravam com o Império. Os montanistas foram vítimas de muitas perseguições e tiveram muitos mártires. Este movimento representa um cristianismo popular, onde se dava uma forte participação à mulher. Da mesma forma, foi uma explosão de profetismo, onde se sente a presença das classes oprimidas (RICHARD, 1996, p. 36).

Quando Arquelaú, filho de Herodes, assume o governo na Judéia, foram dez anos de muita violência. No dia de sua posse, festa de Páscoa, Arquelaú massacró três mil pessoas na praça do Templo. Em resposta ao massacre, a revolta explodiu em todo o país. Mas já não era uma revolta sem rumo. Animados pelas profecias e visões do

passado, os líderes populares buscavam motivações mais profundas, ligadas às tradições do povo. Eles se apresentavam como reis messiânicos que vinham realizar as promessas de Deus (Mt 24,5). Achavam que o Dia de Javé estava perto. A repressão romana foi violenta. Séforis, capital da Galiléia, foi totalmente destruída, sua população assassinada ou escravizada. Séforis ficava a apenas oito quilômetros de Nazaré, onde Jesus, com seus 8 a 10 anos, “crescia em sabedoria, tamanho e graça diante de Deus e dos homens” (Lc 2,52).

Não obstante outra importante observação da linha de raciocínio, traçada por Asurmendi (2004, p. 432). Para ele, o motor de toda resistência do povo oprimido é a esperança sólida. Esperança no Dono e Senhor da História, no Deus dos pais e pela fidelidade ao qual eles sofrem perseguição. Um Senhor e Dono da História de certa maneira se identifica com os fiéis que sofrem por sua causa. A tal ponto que em Dn 7 fala-se dos “santos do Altíssimo”, ou “povo dos santos do Altíssimo”, perseguidos pelo tirano.

Dn 7–12 é um apocalipse histórico, expressão da opressão dos judeus entre os anos 170 e 164 a.C., no qual a esperança em um final iminente do sofrimento por vontade do Deus de Israel, Dono e Senhor da História, é garantida pela revelação excepcional feita a Daniel, personagem lendário e do passado. Pois bem, diante da dor intensa da qual nasce o apocalipse, surge também a questão da responsabilidade do sofrimento. Todos sabem que, como consequência da destruição de Jerusalém, do exílio e da pregação profética, a consciência do pecado enraizou-se fortemente na comunidade pós-exílica (Es 9,5-15; Ne 9,26-31). Este sentimento que impregnou institucionalmente a festa do *Yom Kippur* (o dia da expiação: Lv 16) ressurgiu quase automaticamente diante da desventura: de quem é a culpa? Os apocalipses salientam sobretudo a responsabilidade do rei mau e ímpio, mas não faltam vozes que colocam manifestamente de igual maneira os pecados dos que sofrem como razão e fundamento da dor e do tormento.

Referências Bibliográficas

AMSLER, S. et al. *Os profetas e os livros proféticos*. Tradução de Benôni Lemos. São Paulo: Paulinas, 1992. (Biblioteca de Ciências Bíblicas).

ASURMENDI, M. Jesús. Daniel e a apocalíptica. In: GONZÁLEZ Lamadrid. et al. (Orgs.). *História, narrativa, apocalíptica*. São Paulo: Ed. Ave Maria, 2004. p. 421-432. (Introdução ao estudo da Bíblia; 3b).

FERREIRA, Joel Antonio. *Primeira epístola aos Tessalonicenses*. Petrópolis: Vozes; São Leopoldo: Sinodal; São Bernado do Campo: Metodista, 1991

GASS, B. Ildo. *Uma introdução à Bíblia: período grego e vida de Jesus*. São Leopoldo: CEBI, 2002. Vol. 6.

HARRINGTON, Wilfrid John. *Chave para a Bíblia: a revelação, a promessa, a realização*. Tradução de José Xavier, Alexandre Macintyre. São Paulo: Paulinas, 1985.

MESTERS, Carlos; OROFINO, F. *Apocalipse de São João: a teimosia da fé dos pequenos*. Petrópolis: Vozes, 2003.

RICHARD. Pablo. *Apocalipse: reconstrução da esperança*. Tradução de Attílio Brunetta. Petrópolis: Vozes, 1996.

RUSSEL, D. S. *Desvelamento Divino: uma introdução à apocalíptica judaica*. Tradução João Rezende Costa. São Paulo: Paulus, 1997.

VANNI, Hugo. *Apocalipse: uma assembléia litúrgica interpreta a história*. Tradução de Pier L. Cabra. São Paulo: Paulinas, 1984.